



Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP

Relatório Descritivo

Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente

(2004)

Março / 2006

INDICE

Introdução	4
Metodologia de Coleta de Dados	4
Análise de Dados	5
Parte A – Funcionamento da Delegacia	6
A.1. – Plantão 24 Horas	6
A.2. – Plantão nos Finais de Semana	7
A.3. – Plantão Interinstitucional.....	7
A.4. – Avaliação da Localização da Delegacia em Relação ao Acesso.....	7
A.5. – Avaliação do Conhecimento da Delegacia pela População	8
A.6. – Existência de Procedimentos Diferenciados de Atendimento.....	8
A.7. – Existência de Rede de Serviços ou Retaguardas para Atendimento	8
A.8. – Principais Iniciativas para Aprimorar a Capacidade de Atendimento	9
A.9. – Principais Iniciativas para Melhorar a Qualidade do Atendimento	9
A.10. – Existência de Verba Própria de Manutenção	10
Parte B – Recursos Humanos e Valorização Profissional	10
B.1. – Efetivo Existente.....	10
B.2. – Efetivo por Gênero	11
B.3. – Efetivo por Grau de Escolaridade.....	11
B.4. – Efetivo por Raça	12
B.5. – Efetivo por Idade	13
B.6. – Efetivo por Tipo de Função Executada	13
B.7. – Efetivo por Tempo de Experiência Profissional.....	14
B.8. – Capacitação e Treinamento Especializado	14
B.9. – Reuniões da Equipe	15
B.10. – Assistência Psicológica.....	15
Parte C - Recursos Materiais Convencionais	16
C.1. – Equipamentos de Transporte	16
C.2. – Equipamentos de Proteção.....	16
C.3. – Armamento Letal	16
C.4. – Equipamentos de Comunicação.....	17
C.5. – Disque Denúncia.....	17
C.6. – Equipamentos de Informática	18
C.7. – Interligação à Intranet.....	18
C.8. – Acesso ao INFOSEG	18
C.9. – Acesso à INTERNET	19
Parte D – Estrutura Física	19
D.1. – Salas Especiais para Atendimento.....	19
D.2. – Câmara de Gessel	20
D.3. – Garantia de Privacidade.....	20
D.4. – Brinquedoteca.....	20
D.5. – Procedimentos de Acareação.....	21
D.6. – Sala de Espera para os Pais	21
D.7. – Caracterização da Carceragem	21
D.8. – Atividades de Recreação	22
D.9. – Atividades de Custódia.....	23
D.10. – Propriedade do Imóvel	24

D.11. – Mudança de Endereço	24
Parte E – Articulação Institucional e Redes de Atendimento	24
E.1. – Existe Rede de Atendimentos às Crianças e Adolescentes.....	24
E.2. – Conhecimento das Decisões Judiciais	25
E.3. – Articulação Institucional.....	25
E.4. – Encaminhamentos para os Agressores Fora os Legalmente Previstos	25
Parte F – Tratamento da Informação	26
F.1. – Execução de Registros Policiais	26
F.2. – Boletim de Registro de Ocorrências	27
F.3. – Interligação Sistema de Estatísticas Centralizado.....	28
F.4. – Relatórios Gerenciais	28
F.5. – Ações Visando Aperfeiçoar o Preenchimento dos BOs.....	29
F.6. – Ações Visando Aperfeiçoar Análise de Informações	29
Parte G – Ações e Atribuições	29
G.1. – Público Atendido	29
G.2. – Atividades Realizadas e Normatizadas	30
G.3. – IML Realiza Exames na Delegacia	31
G.4. – Relatório Técnico Psicossocial é Anexado ao Inquérito	31
G.5. – Atividades Executadas	31
G.6. – Crimes Registrados.....	32
G.7. – Ações Visando Aprimorar os Serviços	33
G.8. – Histórico de Passagens dos Adolescentes	33
Conclusão Final	34

Relatório das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente

Introdução

O presente relatório se baseia nos dados da pesquisa “Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente” tendo como objetivo principal descrever o perfil das Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente e das Delegacias de Investigação de Ato Infracional existentes no território brasileiro. Como a criação e implantação destas Delegacias Especializadas são descentralizadas, os planejadores de políticas de segurança pública precisam conhecê-las e entendê-las para planejar ações integradas de segurança e alocar recursos de forma eficiente. A análise é feita com o objetivo de subsidiar o planejamento e execução de uma política mais igualitária, que procura homogeneizar a oferta de segurança pública no país.

Esta pesquisa faz parte do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal que tem como meta, além de coletar o número de ocorrências registradas pelos órgãos de segurança pública existentes no Brasil, acompanhar o perfil organizacional destes órgãos para dar subsídios a SENASP no planejamento de suas ações.

Metodologia de Coleta de Dados

O objetivo deste relatório é detalhar o funcionamento das Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente e Delegacias de Investigação de Ato Infracional de todo o país, atribuindo ênfase nos seus recursos e resultados de suas ações, para subsidiar uma ação pró-ativa da SENASP em relação a estas Delegacias.

Esta pesquisa começou em maio de 2005 e, até dezembro de 2005, coletamos os questionários respondidos pelas Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente. Assim, a partir de janeiro de 2006, iniciamos o preparo deste relatório. A pesquisa passou pelas seguintes etapas de elaboração:

Elaboração do Questionário

O questionário da pesquisa “Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente” foi elaborado pela equipe técnica da SENASP, em parceria com a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, aproveitando o questionário da pesquisa aplicada nas Delegacias de Atendimento à Mulher. Cabe destacar, que foram incluídos no questionário alguns temas específicos levantados pela Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública / SENASP.

A avaliação piloto do questionário foi aplicada em duas Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente, com características bastante diferentes, para podermos ter a certeza de que o questionário estava em condições para tratar todas as organizações existentes no país. Após o acerto dos problemas levantados na avaliação piloto do questionário, o seu formato final assumiu a seguinte estrutura:

PARTE A – FUNCIONAMENTO DA DELEGACIA: horários, plantões, competência territorial, acesso ao público, procedimentos no atendimento, verba e prioridades de ações para melhora das condições de atendimento em termos da funcionalidade da delegacia;

PARTE B - RECURSOS HUMANOS: Caracterização do efetivo segundo grau de instrução, raça, idade e tempo de serviço, cursos de capacitação e assistência psicológica para os funcionários;

PARTE C - RECURSOS MATERIAIS: Veículos, equipamentos de proteção, armamento, equipamentos de comunicação, equipamentos de informática e redes de internet e intranet;

PARTE D - ESTRUTURA FÍSICA: Cômodos, salas de atendimento especializado e caracterização da carceragem;

PARTE E - REDE DE ARTICULAÇÃO: Instituições que compõem a rede de articulação e caracterização de encaminhamentos não previstos legalmente;

PARTE F - TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO: Caracterização do sistema de registro de ocorrências, informações coletadas, periodicidade de coleta, sistematização da informação e programas de aperfeiçoamento do preenchimento das informações;

PARTE G - AÇÕES E ATRIBUIÇÕES: Público atendido, normalização das atribuições, atividades desenvolvidas, ocorrências registradas, procedimentos de encaminhamento e caracterização de ações para aperfeiçoar o atendimento das Delegacias Especializadas.

Coleta das Informações

A Subsecretaria de Promoção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes nos forneceu um cadastro com as informações necessárias para enviarmos questionários para todas as Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente e Delegacias de Investigação de Ato Infracional existentes no Brasil. Foram enviados questionários para um total de 71 Delegacias Especializadas em Crianças e Adolescentes e, destas, 41 Delegacias nos enviaram os questionários respondidos. Ou seja, uma resposta de cerca de 60% das Delegacias existentes.

Continuidade de Coleta de Informações

Nosso planejamento é realizar uma nova versão desta pesquisa a cada ano, aproveitando uma versão mais simplificada do questionário. Assim, muito em breve, iremos lançar dados atualizados desta pesquisa e passaremos a ter como acompanhar no tempo quais foram os resultados alcançados pelas Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente e Delegacias de Investigação de Ato Infracional em suas atividades, suas condições de trabalho e os resultados dos recursos investidos pela SENASP.

Análise de Dados

A análise está organizada de acordo com os sete tópicos que constituem o questionário. Primeiro, é feita uma caracterização do funcionamento das Delegacias. Em seguida, desenvolvemos uma análise dos recursos existentes, da estrutura física e da sua articulação com outras instituições. Por fim, realiza-se uma análise das suas ações e atribuições.

As Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente e de Investigação de Ato Infracional, que responderam à pesquisa, estão distribuídas no território nacional conforme a tabela abaixo. A grande maioria das Unidades da Federação possui apenas duas Delegacias

Especializadas da Criança e do Adolescente. Por outro lado, apenas duas Unidades da Federação possuem cerca da metade das Delegacias Especializadas existentes: Rio Grande do Sul e São Paulo.

Tabela: Distribuição das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente, segundo Unidades da Federação (Brasil – 2004):

Unidades da Federação	Delegacias	
	Existentes	Responderam à Pesquisa
Acre	2	0
Alagoas	2	1
Amapá	2	0
Amazonas	1	1
Bahia	2	1
Ceará	2	1
Distrito Federal	2	2
Espírito Santo	2	2
Goiás	2	2
Maranhão	2	2
Minas Gerais	2	1
Mato Grosso do Sul	1	1
Mato Grosso	2	2
Pará	2	1
Paraíba	2	1
Pernambuco	2	2
Piauí	2	1
Paraná	1	0
Rio de Janeiro	2	1
Rio Grande do Norte	2	1
Rondônia	2	0
Roraima	1	1
Rio Grande do Sul	15	6
Santa Catarina	1	1
Sergipe	1	1
São Paulo	12	8
Tocantins	2	1
Total	71	41

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005).

Parte A – Funcionamento da Delegacia

A.1. – Plantão 24 Horas

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 18 possuem plantão 24 horas e 22 não possuem plantão 24 horas. Assim, está dividido quase ao meio a proporção das que possuem e não possuem plantão 24 horas.

Tabela A.1. DECAs Possuem Plantão 24 Horas (Brasil – 2004):

Existe plantão 24 horas?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	18	43,9
não	22	53,7
não respondeu	1	2,4
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

A.2. – Plantão nos Finais de Semana

A mesma situação vista em relação aos plantões 24 horas, verifica-se no caso dos plantões de final de semana. Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 20 possuem plantão nos finais de semana e 19 não possuem plantão nos finais de semana. Deste modo, também neste caso está dividido quase ao meio a proporção das que possuem e não possuem plantão nos finais de semana.

Tabela A.2. DECAs Possuem Plantão nos Finais de Semana (Brasil – 2004):

Existe plantão nos finais de semana?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	20	48,8
não	19	46,3
não respondeu	2	4,9
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

A.3. – Plantão Interinstitucional

Em termos dos plantões interinstitucionais, que envolvem uma integração operacional dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, apenas cinco das 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente fazem parte deste tipo de plantão.

Tabela A.3: DECAs Possuem Plantão Interinstitucional (Brasil – 2004):

A delegacia faz parte de um plantão interinstitucional?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	5	12,2
não	36	87,8
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

A.4. – Avaliação da Localização da DECA em Relação ao Acesso

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 23 possuem localização de fácil acesso para a população, 15 possuem localização de acesso razoável para a população e três possuem localização de difícil acesso para a população.

Tabela A.4: Avaliação da Localização da DECA em Relação ao Acesso da População (Brasil – 2004):

Avalie a localização desta delegacia em relação ao acesso pela população	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
localização de fácil acesso	23	56,1
localização de razoável acesso	15	36,6
localização de difícil acesso	3	7,3
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

A.5. – Avaliação do Conhecimento da DPCA pela População

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, oito consideram que as pessoas atendidas possuem um grande conhecimento a respeito dos serviços prestados pela delegacia, 20 consideram que as pessoas possuem um conhecimento médio e 13 consideram que as pessoas atendidas possuem um conhecimento pequeno.

Tabela A.5. Avaliação do Conhecimento da DECA pelas Pessoas Atendidas (Brasil – 2004):

Avalie o grau de conhecimento das pessoas atendidas por esta delegacia a respeito dos serviços por ela prestados	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
grande	8	19,5
médio	20	48,8
pequeno	13	31,7
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

A.6. – Existência de Procedimentos Diferenciados de Atendimento

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 34 possuem procedimentos diferenciados no atendimento prestado às crianças e adolescentes conforme a sua situação e apenas cinco não fazem este tipo de diferenciação.

Tabela I.6. Existência de Procedimentos Diferenciados no Atendimento Prestado à Criança e ao Adolescente (Brasil – 2004):

Existe algum procedimento diferenciado no atendimento prestado à criança e ao adolescente	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	34	82,9
não	5	12,2
não respondeu	2	4,9
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

A.7. – Existência de Rede de Serviços ou Retaguardas para Atendimento

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 37 declararam que existe uma rede de serviços ou retaguardas institucionais para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência ou adolescentes autores de ato infracional na Unidade da Federação onde a Delegacia está localizada.

Tabela A.7. Existência de Rede de Serviços ou Retaguardas Institucionais para o Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência ou Adolescente Autor de Ato Infracional (Brasil – 2004):

É do seu conhecimento a existência de rede de serviços /retaguardas institucionais para o atendimento de criança e adolescente vítima de violência ou autor de ato infracional no seu estado?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	37	90,2
não	3	7,3
não respondeu	1	2,4
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

A.8. – Principais Iniciativas para Aprimorar a Capacidade de Atendimento

Em relação às iniciativas que devem ser tomadas para ampliar a capacidade de atendimento às crianças e adolescentes, as Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente existentes no Brasil consideram como prioridades: “reestruturar as delegacias especializadas de atendimento à criança e ao adolescente já existentes” e “aumentar o número de profissionais nas delegacias de atendimento à criança e ao adolescente já existentes”. Por outro lado, a iniciativa considerada menos prioritária é “reestruturar as delegacias distritais para realizarem o atendimento aos adolescentes autores de ato infracional”.

Tabela A.8. Prioridades de Iniciativas para Aprimorar a Capacidade de Atendimento das DECAs (Brasil – 2004):

Iniciativas para ampliar a capacidade de atendimento às crianças e adolescentes	alta prioridade		média prioridade		baixa prioridade		Não Responde
	N. Abs.	(%)	N. Abs.	(%)	N. Abs.	(%)	
ampliar o número de delegacias especializadas de atendimento à criança e ao adolescente	21	51,2	11	26,8	9	22,0	0
reestruturar as delegacias especializadas de atendimento à criança e ao adolescente já existente	34	82,9	3	7,3	2	4,9	2
reestruturar as delegacias distritais para realizarem o atendimento às crianças e adolescente vítimas de abandono, violência doméstica, abuso e exploração sexual.	13	31,7	15	36,6	10	24,4	3
reestruturar as delegacias distritais para realizarem o atendimento aos adolescentes autores de ato infracional	14	34,1	12	29,3	11	26,8	4
aumentar o número de profissionais nas delegacias de atendimento à criança e adolescente já existentes	32	78,0	3	7,3	5	12,2	1

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

A.9. – Principais Iniciativas para Melhorar a Qualidade do Atendimento

Em relação às iniciativas que devem ser tomadas para melhorar a qualidade do atendimento das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente existentes no Brasil, as prioridades são “ações de capacitação continuada dos profissionais que atuam nas delegacias de atendimento às crianças e adolescentes” e “modernização da infra-estrutura e tecnologia das delegacias de atendimento à criança e ao adolescente”. Por outro lado, as iniciativas consideradas menos prioritárias são “modernização da infra-estrutura e tecnologia das delegacias distritais para o atendimento às crianças e adolescentes” e “modernização gerencial e administrativa das delegacias especializadas de atendimento às crianças e adolescentes”.

Tabela A.9. Prioridades de Iniciativas para Melhorar a Qualidade de Atendimento das DECAs (Brasil – 2004):

Iniciativas para melhorar a qualidade do atendimento às crianças e adolescentes	alta prioridade		média prioridade		baixa prioridade		Não Respondeu
	N. Abs.	(%)	N. Abs.	(%)	N. Abs.	(%)	
ações de capacitação continuada dos profissionais que atuam nas delegacias especializadas de atendimento às crianças e adolescentes	32	78,0	6	14,6	2	4,9	1
ações de capacitação continuada dos profissionais que atuam nas delegacias distritais para atendimento às crianças e adolescente vítimas de abandono, violência doméstica, abuso e exploração sexual	17	41,5	16	39,0	5	12,2	3
ações de capacitação continuada dos profissionais que atuam nas delegacias distritais para atendimento aos adolescentes autores de ato infracional	20	48,8	14	34,1	3	7,3	4
modernização gerencial e administrativa das delegacias especializadas de atendimento às crianças e adolescentes	25	61,0	12	29,3	3	7,3	1
modernização gerencial e administrativa das delegacias especializadas de atendimento às crianças e adolescente infrator	26	63,4	10	24,4	3	7,3	2
modernização gerencial e administrativa das delegacias especializadas de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abandono, violência doméstica, abuso e exploração sexual	16	39,0	14	34,1	8	19,5	3
modernização da infra estrutura e tecnologia das delegacias especializadas de atendimento às crianças e adolescentes	33	80,5	3	7,3	4	9,8	1
modernização da infra estrutura e tecnologia das delegacias distritais para o atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abandono, violência doméstica, abuso e exploração sexual	18	43,9	10	24,4	9	22,0	4
modernização da infra estrutura e tecnologia das delegacias distritais para o atendimento aos adolescentes autores de ato infracional	20	48,8	9	22,0	7	17,1	5

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

A.10. – Existência de Verba Própria de Manutenção

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, apenas uma declarou possuir verba própria de manutenção. As outras 40 Delegacias não possuem. Por outro lado, esta mesma delegacia que possui verba própria de manutenção afirmou que esta verba não cobre todas as suas despesas de manutenção.

Tabela A.10. Existência de DECAs com Verba Própria (Brasil – 2004):

A delegacia possui verba própria de manutenção?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	1	2,4
não	40	97,6
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela A.11. Cobertura das Despesas da DECA pela Verba Própria (Brasil – 2004):

Em caso afirmativo, esta verba cobre todas as despesas necessárias para a manutenção da delegacia?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
não	1	100,0
Total	1	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Parte B – Recursos Humanos e Valorização Profissional

B.1. – Efetivo Existente

Nas 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, existem 1.096 profissionais. Ou seja, um total de 27 profissionais por Delegacia. Importante destacar que as categorias profissionais mais presentes em termos do tamanho são os agentes (32%) e os escrivões (20%).

Tabela B.1. Efetivo Existente por Categoria Profissional (Brasil – 2004):

Categorias Profissionais	Número de Profissionais Existentes	
	N. Abs.	(%)
Delgado de Polícia	95	8,7
Inspetor	114	10,4
Investigador e Detetives	149	13,6
Agente	346	31,6
Papiloscopista	2	0,2
Escrivão	214	19,5
Carcereiro	29	2,6
Profissionais Não Policiais	41	3,7
Psicólogos	18	1,6
Assistente Social	26	2,4
Estagiário	11	1,0
Polícia Militar	16	1,5
Outros	35	3,2
Total	1096	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

B.2. – Efetivo por Gênero

Ao avaliarmos a distribuição do efetivo existente conforme o gênero, verificamos que aproximadamente 60% do efetivo são homens. Esta relação varia muito entre as categorias profissionais. Entre os inspetores, investigadores, detetives, agentes, escrivães, carcereiros e policiais militares existe um número maior de homens do que mulheres. Por outro lado, entre todas as outras categorias profissionais restantes existe um número maior de mulheres do que de homens, especialmente entre os delegados de polícia. Importante destacar que todas as assistentes sociais são mulheres.

Tabela B.2. Efetivo Existente por Gênero (Brasil – 2004):

Categorias Profissionais	Número de Profissionais			Relação Homens/Mulheres
	Feminino	Masculino	Não Respondeu	
Delegado de Polícia	61	34	0	0,56
Inspetor	24	90	0	3,75
Investigador e Detetives	28	115	6	4,11
Agente	91	255	0	2,80
Escrivão	96	118	0	1,23
Carcereiro	7	22	0	3,14
Profissionais Não Policiais	23	13	5	0,57
Psicólogos	15	3	0	0,20
Assistente Social	26	0	0	0,00
Estagiário	8	2	1	0,25
Polícia Militar	4	12	0	3,00
Outros	19	16	0	0,84
Total	402	680	12	1,69

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

B.3. – Efetivo por Grau de Escolaridade

Ao avaliarmos o grau de escolaridade dos profissionais que atuam nas Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente existentes no Brasil, verificamos que a maior parte dos profissionais possui pelo menos superior incompleto (55%). Temos, ainda, menos de 2% dos profissionais com ensino fundamental e 43% dos profissionais com ensino médio. Ao avaliarmos a distribuição da escolaridade entre os profissionais de diferentes categorias, verificamos como a escolaridade aumenta ao passo que subimos entre as categorias profissionais.

Tabela B.3. Efetivo Existente por Grau de Escolaridade (Brasil – 2004):

Grau de Escolaridade	Número de Profissionais	
	N. Abs.	(%)
Ensino Fundamental	17	1,5
Ensino Médio	503	43,3
Superior Incompleto	108	9,3
Superior Completo	463	39,9
Pós-graduação	70	6,0
Total	1161	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela B.4. Efetivo Existente por Grau de Escolaridade segundo Categoria Profissional (Brasil – 2004):

Categorias Profissionais	Número de Profissionais						
	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Superior	Pós-graduação	
	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto		
Delgado de Polícia	0	0	0	19	0	64	33
Inspetor	1	0	0	80	5	90	0
Investigador e Detetives	0	1	7	80	14	35	7
Agente	0	7	8	182	49	158	8
Papiloscopista	0	0	0	0	3	5	5
Escrivão	0	0	3	54	18	88	3
Carcereiro	0	1	9	16	1	4	1
Profissionais Não Policiais	1	5	2	23	5	3	0
Psicólogos	0	0	0	0	0	6	7
Assistente Social	0	0	0	0	0	4	6
Estagiário	0	0	0	2	7	1	0
Polícia Militar	0	0	0	5	0	0	0
Outros	0	1	0	12	6	5	0
Total	2	15	29	473	108	463	70

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

B.4. – Efetivo por Raça

Ao avaliarmos a distribuição dos profissionais das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente existentes no Brasil segundo o quesito “raça”, verificamos que 57% dos profissionais são brancos e 37% são pardos. Destaca-se a baixa presença de negros nestas Delegacias. Entre as categorias profissionais, verificamos que comparativamente os brancos estão mais presentes entre os delegados, inspetores e escrivães, e os pardos são predominantemente agentes.

Tabela B.5. Efetivo Existente por Raça (Brasil – 2004):

Raça	Número de Profissionais	
	N. Abs.	(%)
Branco	463	56,7
Preto	38	4,7
Pardo	300	36,8
Amarelo ou Índio	15	1,8
Total	816	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela B.6. Efetivo Existente por Raça Segundo Categoria Profissional (Brasil – 2004):

Categorias Profissionais	Número de Profissionais			
	Branco	Preto	Pardo	Amarelo ou Índio
Delgado de Polícia	51	1	15	1
Inspetor	96	0	8	0
Investigador e Detetives	47	6	46	11
Agente	114	20	142	3
Papiloscopista	0	0	0	0
Escrivão	93	2	41	0
Carcereiro	15	2	12	0
Profissionais Não Policiais	9	2	11	0
Psicólogos	7	0	3	0
Assistente Social	7	1	2	0
Estagiário	3	0	4	0
Polícia Militar	4	0	2	0
Outros	17	4	14	0
Total	463	38	300	15

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

B.5. – Efetivo por Idade

Grande parte dos profissionais que atuam nas Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente existentes no Brasil possuem acima de 34 anos de idade. Por outro lado, o número de profissionais que possuem menos de 25 anos é muito pequeno, apenas 2%. Entre as categorias profissionais, verificamos que os profissionais mais velhos são os inspetores.

Tabela B.7. Efetivo Existente por Faixa Etária (Brasil – 2004):

Idade	Número de Profissionais	
	N. Abs.	(%)
18 a 24 anos	23	2,7
25 a 29 anos	131	15,6
30 a 34 anos	138	16,4
35 a 45 anos	353	42,1
acima de 45 anos	194	23,1
Total	839	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela B.8. Efetivo Existente por Faixa Etária Segundo Categoria Profissional (Brasil – 2004):

Categorias Profissionais	Número de Profissionais				
	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 45 anos	acima de 45 anos
Delgado de Polícia	1	6	24	25	18
Inspetor	0	37	5	23	40
Investigador e Detetives	0	10	22	58	36
Agente	8	33	37	136	65
Papiloscopista	0	0	0	2	0
Escrivão	0	24	26	67	17
Carcereiro	2	8	6	14	3
Profissionais Não Policiais	3	2	2	5	3
Psicólogos	0	1	2	4	3
Assistente Social	0	0	4	3	1
Estagiário	7	4	0	0	0
Polícia Militar	0	3	4	2	0
Outros	2	3	6	14	8
Total	23	131	138	353	194

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

B.6. – Efetivo por Tipo de Função Executada

Ao avaliarmos a distribuição do efetivo das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente existentes no Brasil, segundo função executada, verificamos que 80% do efetivo trabalha em funções operacionais. Importante destacar que a distribuição de gênero, segundo as duas situações avaliadas, é praticamente a mesma.

Tabela B.9. Efetivo Existente por Tipo de Função Executada segundo Gênero (Brasil – 2004):

	Número de Profissionais		Relação Homens/Mulheres
	Feminino	Masculino	
Funções Operacionais	272	435	1,6
Outras Funções	70	100	1,4

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

B.7. – Efetivo por Tempo de Experiência Profissional

Em termos de tempo de experiência, os profissionais das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente existentes no Brasil, que responderam à pesquisa, possuem em sua maior parte (53%) mais de 10 anos de experiência profissional. Apenas 7% dos profissionais possuem menos de um ano de experiência profissional. Ao avaliar a situação entre as categorias profissionais, verificamos que as categorias de delegados e carcereiros são as que apresentam profissionais com menor experiência. Por outro lado, entre os investigadores e detetives encontramos os profissionais com maior experiência profissional.

Tabela B.10. Efetivo Existente por Tempo de Experiência Profissional (Brasil – 2004):

Experiência Profissional	Número de Profissionais	
	N. Abs.	(%)
Menos de 1 ano	56	6,8
De 1 a 5 anos	182	22,2
De 5 a 10 anos	145	17,7
De 10 a 20 anos	294	35,9
Mais de 20 anos	141	17,2
Total	818	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela B.11. Efetivo Existente por Tempo de Experiência Profissional Segundo Categoria Profissional (Brasil – 2004):

Categorias Profissionais	Número de Profissionais				
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 20 anos	Mais de 20 anos
Delgado de Polícia	6	17	15	19	16
Inspetor	0	26	22	40	19
Investigador e Detetives	0	34	13	70	24
Agente	21	48	47	91	48
Papiloscopista	0	0	0	0	1
Escrivão	9	41	24	40	20
Carcereiro	7	0	8	11	1
Profissionais Não Policiais	5	5	1	7	6
Psicólogos	0	2	2	6	0
Assistente Social	0	0	1	1	0
Estagiário	4	0	0	0	0
Polícia Militar	0	0	7	2	0
Outros	4	9	5	7	6
Total	56	182	145	294	141

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

B.8. – Capacitação e Treinamento Especializado

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 24 promoveram algum curso de capacitação ou treinamento especializado para seus profissionais em 2004. Apenas 13 Delegacias declararam que não efetivaram nenhuma forma de capacitação neste mesmo período. Ao analisarmos a frequência com que certos temas de cursos são administrados para os profissionais das Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente, verificamos que os cursos mais frequentes são “direitos da criança e do adolescente”, “direitos humanos”, “técnicas de investigação”, “noções sobre violência doméstica e de gênero” e “análise estatística de dados criminais”. Entre os cursos que nem tiveram frequência citada predomina “saúde ocupacional”, “mediação de conflitos” e “técnicas de escuta”.

Tabela B.12. Ocorreu Treinamento Especializado na DECA (Brasil – 2004):

Ocorreu curso ou treinamento especializado durante em 2004?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	24	58,5
não	13	31,7
não sabe	1	2,4
não respondeu	3	7,3
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela B.13. Frequência da Ocorrência de Treinamentos Especializados Segundo Tema de Treinamento (Brasil – 2004):

Frequência com que os funcionários fazem curso de capacitação e treinamento especializado?	frequentemente		às vezes		raramente		não citado	
	N. Abs.	(%)	N. Abs.	(%)	N. Abs.	(%)	N. Abs.	(%)
segurança no trabalho	1	2,44	2	4,88	11	26,83	27	65,85
saúde ocupacional	0	0,00	2	4,88	9	21,95	30	73,17
valorização profissional	1	2,44	5	12,20	12	29,27	23	56,10
direitos humanos	3	7,32	12	29,27	14	34,15	12	29,27
direitos da criança e do adolescente	7	17,07	11	26,83	13	31,71	10	24,39
inteligência policial	1	2,44	8	19,51	12	29,27	20	48,78
técnicas de investigação	3	7,32	13	31,71	11	26,83	14	34,15
mediação de conflitos	0	0,00	8	19,51	9	21,95	24	58,54
administração legal do uso da força	1	2,44	8	19,51	8	19,51	24	58,54
técnicas de atendimento ao público	2	4,88	11	26,83	10	24,39	18	43,90
noções sobre violência doméstica e de gênero	3	7,32	12	29,27	10	24,39	16	39,02
noções de desenvolvimento infantil	1	2,44	8	19,51	9	21,95	23	56,10
técnicas de escuta	0	0,00	5	12,20	10	24,39	26	63,41
análise estatística de dados criminais	3	7,32	4	9,76	10	24,39	24	58,54

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

B.9. – Reuniões da Equipe

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, em 32 Delegacias ocorrem reuniões periódicas com toda a equipe de trabalho. Apenas nove Delegacias declaram que estas reuniões não ocorrem periodicamente.

Tabela B.14. Ocorrem Reuniões Periódicas com a Toda a Equipe da DECA (Brasil – 2004):

São realizadas reuniões periódicas com toda a equipe?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	32	78,0
não	9	22,0
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

B.10. – Assistência Psicológica

Tabela B.15. Os Funcionários da DECA Recebem Assistência Psicológica para Desempenhar suas Funções (Brasil – 2004):

Os funcionário(a)s recebem assistência psicológica para realizar suas funções nesta delegacia?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	1	2,4
não	40	97,6
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, apenas uma oferece assistência psicológica aos funcionários da Delegacia para a execução de suas funções. Por outro lado, 40 delegacias não oferecem assistência psicológica aos seus funcionários.

Parte C - Recursos Materiais Convencionais

C.1. – Equipamentos de Transporte

Dos 159 equipamentos de transporte existentes nas 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente, 12 estão fora de condições de uso. Assim, encontra-se aproximadamente quatro equipamentos de transporte por Delegacia no Brasil. Importante observar que o número previsto de equipamentos de transporte é bem próximo ao existente, com uma diferença de apenas 20 unidades. A maior parte dos equipamentos de transporte existentes são viaturas pequenas ou médias.

Tabela C.1. Equipamentos de Transporte das DECAs Segundo Tipo de Equipamento (Brasil – 2004):

Equipamentos de Transporte	Previsto	Existentes		
		Em Uso		Fora de Uso
		Caracterizada	Descaracterizada	
Viatura Pequena/Média	103	55	51	7
Viatura Grande	19	8	1	3
Viatura de Transporte de Presos	9	7	0	0
Viatura Adequada ao Transporte de Adolescentes	23	7	4	1
Outros	25	3	11	1
Total	179	80	67	12

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

C.2. – Equipamentos de Proteção

Dos 300 equipamentos de proteção existentes nas 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente, 36 estão fora de condições de uso. Assim, encontra-se aproximadamente sete equipamentos de proteção por delegacia no Brasil, principalmente algemas. Importante observar que o número previsto de equipamentos de proteção está bem distante do existente, constituindo quase o dobro destes.

Tabela C.2. Equipamentos de Proteção das DECAs Segundo Tipo de Equipamento (Brasil – 2004):

Equipamentos de Proteção	Previsto	Existentes	
		Em Uso	Fora de Uso
Algebra	231	131	10
Colete a Prova de Balas	266	123	26
Outros	37	10	0
Total	534	264	36

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

C.3. – Armamento Letal

Das 272 armas existentes nas 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente, cinco estão fora de condições de uso. Assim, encontram-se aproximadamente sete armas por Delegacia no Brasil. Importante observar que o número previsto de armas é bem maior que o existente, com uma diferença de 40% em relação ao existente. A maior parte das armas existentes são revólveres.

Tabela C.3. Armamento Letal das DECAs Segundo Tipo de Arma (Brasil – 2004):

Armamento Letal	Previsto	Existentes	
		Em Uso	Fora de Uso
Carabina	21	12	1
Espingarda	16	14	3
Pistola	237	99	1
Revolver	118	116	0
Outros	46	26	0
Total	438	267	5

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

C.4. – Equipamentos de Comunicação

Dos 457 equipamentos de comunicação existentes nas 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente, 37 estão fora de condições de uso. Assim, encontra-se aproximadamente onze equipamentos de comunicação por Delegacia no Brasil. Importante observar que o número previsto de equipamentos é bem maior que o existente, com uma diferença de 40% em relação ao existente. A maior parte dos equipamentos de comunicação existentes são linhas de telefone convencional e ramais telefônicos.

Tabela C.4. Equipamentos de Comunicação das DECAs Segundo Tipo de Equipamento (Brasil – 2004):

Equipamentos de Comunicação	Previsto	Existentes	
		Em Uso	Fora de Uso
Linhas de Telefone Convencional	149	127	6
Ramais Telefônicos	150	108	2
Aparelhos de FAX	51	32	3
Telefone Celular	83	18	2
Linhas Exclusivas FAX	26	4	0
Estação Móvel (em viaturas)	103	87	9
Rádio Portátil (tipo HT)	136	41	8
Outros	8	3	7
Total	706	420	37

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

C.5. – Disque Denúncia

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, apenas cinco possuem linha própria para disque denúncia. Das restantes, 35 declaram não ter linha própria para serviço de disque denúncia.

Tabela C.5. DECA Possui Linha Própria para Disque Denúncia (Brasil – 2004):

A delegacia possui uma linha própria para serviço de disque denúncia?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	5	12,2
não	35	85,4
não respondeu	1	2,4
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

C.6. – Equipamentos de Informática

Dos 443 equipamentos de informática existentes nas 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente, 28 estão fora de condições de uso. Assim, encontra-se aproximadamente dez equipamentos de informática por Delegacia no Brasil. Importante observar que o número previsto de equipamentos é bem maior que o existente, com uma diferença de 40% em relação ao existente. A maior parte dos equipamentos de informática existentes são computadores.

Tabela C.6. Equipamentos de Informática das DECAs Segundo Tipo de Equipamento (Brasil – 2004):

Equipamentos de Informática	Previsto	Existentes	
		Em Uso	Fora de Uso
Computadores	296	231	11
Impressoras	282	141	14
Scanner de Mesa	49	14	2
Software Edição Imagens	45	3	1
Máquina Fotográfica Digital	44	21	0
Outros	22	5	0
Total	738	415	28

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

C.7. – Interligação à Intranet

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 18 possuem seus computadores interligados em alguma rede de informática (intranet). Assim, a situação se encontra bem distribuída, sendo semelhante o número de delegacias interligadas e não interligadas.

Tabela C.7. DECA Interligada a Intranet (Brasil – 2004):

Esta delegacia é interligada a alguma rede de informática (intranet)?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	18	43,9
não	21	51,2
não respondeu	2	4,9
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

C.8. – Acesso ao INFOSEG

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 18 possuem seus computadores com acesso à rede INFOSEG. Assim, novamente, a situação se encontra bem distribuída, sendo semelhante o número de delegacias com acesso e sem acesso ao INFOSEG.

Tabela C.8. DECA Possui Acesso ao INFOSEG (Brasil – 2004):

Esta delegacia possui acesso a rede infoseg?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	18	43,9
não	22	53,7
não respondeu	1	2,4
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

C.9. – Acesso à INTERNET

Entre as 42 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 23 possuem seus computadores com acesso à internet. Assim, verificamos que o acesso à Internet é mais presente que a interligação a intranet e acesso ao INFOSEG. Com relação aos tipos de acesso à Internet, oito Delegacias têm o acesso a Internet por meio discado e 10 fazem por acesso via rede local.

Tabela C.9. DECA Possui Acesso à INTERNET (Brasil – 2004):

Esta delegacia possui acesso a internet?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	23	56,1
não	17	41,5
não respondeu	1	2,4
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela C.10. Tipo de Acesso à INTERNET (Brasil – 2004):

Tipo de acesso à internet	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
acesso discado	8	34,8
acesso via rede local	10	43,5
outro tipo de acesso	3	13,0
não respondeu	2	8,7
Total	23	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Parte D – Estrutura Física

D.1. – Salas Especiais para Atendimento

Em relação à presença de salas especiais para atendimento das crianças e adolescentes em situação de violência, verificamos que em 23 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente não existem estas salas. Nas outras 16 delegacias que possuem estas salas, os principais tipos de salas existentes são para a realização de triagem, assistência psicológica e assistência social. Cabe destacar, também, que as salas para triagem são normalmente abertas e as salas para a assistência psicológica e social são fechadas.

Tabela D.1. DECA Possui Salas Especiais de Atendimento para as Crianças e Adolescentes (Brasil – 2004):

A delegacia possui sala de atendimento especial para as crianças e adolescentes em situação de violência?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	16	39,0
não	23	56,1
não respondeu	2	4,9
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela D.2. Tipos de Salas Especiais de Atendimento nas DECAs (Brasil – 2004):

Salas Especiais para Atendimento	Número de Delegacias	
	sala fechada	sala aberta
triagem	3	10
assistência social	8	1
assistência psicológica	12	1
orientação jurídica	2	2

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

D.2. – Câmara de Gessel

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 26 declaram que não possuem câmara gessel (sala de espelho unidirecional) e apenas oito declararam que a possui.

Tabela D.3. DECA Possui Câmara Gessel (Brasil – 2004):

A delegacia conta com câmara gessel?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	8	19,5
não	26	63,4
não respondeu	7	17,1
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

D.3. – Garantia de Privacidade

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 15 declararam que sua estrutura física favorece a garantia da privacidade e intimidade da criança e do adolescente com relação ao agressor e à vítima, os familiares destes e à imprensa.

Tabela D.4. Estrutura Física da DECA Favorece Garantia da Privacidade e Intimidade (Brasil – 2004):

A estrutura física da delegacia favorece a garantia da privacidade e intimidade?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	15	36,6
não	26	63,4
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

D.4. – Brinquedoteca

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, apenas cinco possuem uma brinquedoteca, suficientemente equipadas (boneco anatomicamente perfeitos), para o atendimento de crianças na apuração de delitos envolvendo violência sexual e outras formas de violência em que elas figuram como vítimas.

Tabela D.5. DECA Possui Brinquedoteca (Brasil – 2004):

Existe na delegacia uma brinquedoteca?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	5	12,2
não	36	87,8
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

D.5. – Procedimentos de Acareação

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 15 realizam procedimentos de acareação em que agressores e vítimas são colocados frente a frente.

Tabela D.6. DECA Possui Procedimentos de Acareação onde Agressores e Vítimas são Colocados Frente a Frente (Brasil – 2004):

Existe procedimentos de acareação em que agressores e vítimas são colocados frente a frente?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	15	36,6
não	25	61,0
não respondeu	1	2,4
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

D.6. – Sala de Espera para os Pais

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 13 declararam possuir uma sala de espera para os pais.

Tabela D.7. DECA Possui Sala de Espera para os Pais (Brasil – 2004):

Existe na delegacia uma sala de espera para pais?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	13	31,7
não	28	68,3
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

D.7. – Caracterização da Carceragem

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 22 declararam possuir carceragem. Somando a capacidade de presos existentes em todas as carceragens, existe lugar para 212 presos, ou seja, cerca de dez presos por carceragem.

Destas 21 Delegacias que declararam possuir carceragem, 18 declararam que a carceragem tem privacidade (mureta); 17 declararam que o banheiro da carceragem possui chuveiro, mas apenas um possui água quente; seis declararam que a carceragem fornece os materiais mínimos para higiene pessoal; e, por fim, apenas três carceragens possuem colchão.

Tabela D.8. DECA Possui Carceragem (Brasil – 2004):

Existe carceragem nesta delegacia?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	22	53,7
não	19	46,3
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela D.9. Banheiro da Carceragem Tem Privacidade (Brasil – 2004):

O banheiro da carceragem tem privacidade?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	18	81,8
não	4	18,2
Total	22	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela D.10. Banheiro da Carceragem Possui Chuveiro (Brasil – 2004):

O banheiro da carceragem possui chuveiro?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	17	77,3
não	5	22,7
Total	22	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela D.11. Chuveiro da Carceragem Possui Água Quente (Brasil – 2004):

O chuveiro da carceragem, no caso de haver um, possui água quente?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	1	5,9
não	16	94,1
Total	17	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela D.12. Carceragem Fornece Materiais Mínimos para Higiene Pessoal (Brasil – 2004):

A carceragem fornece materiais mínimos para higiene pessoal?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	6	27,3
não	15	68,2
não respondeu	1	4,5
Total	22	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela D.13. Carceragem Possui Cama com Colchão (Brasil – 2004):

A carceragem possui cama com colchão?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	3	13,6
não	19	86,4
Total	22	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

D.8. – Atividades de Recreação

Em relação às atividades de recreação existentes nas Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente, verificamos que apenas três oferecem espaço para banho de sol para os adolescentes que estão sob custódia na Delegacia e outras duas oferecem outro tipo de atividade recreativa. Conclui-se, desta forma, que praticamente inexistem atividades recreativas para os adolescentes sob custódia nas Delegacias Especializadas.

Tabela D.14. Banho de Sol (Brasil – 2004):

Os adolescentes sob custódia da delegacia tem espaço e disponibilidade para "banho de sol"?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	3	13,6
não	17	77,3
não sabe	2	9,1
não respondeu	4	18,2
Total	22	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela D.15. Outras Atividades (Brasil – 2004):

Os adolescentes sob custódia da delegacia participam de alguma outra atividade recreativa?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	2	9,1
não	15	68,2
não sabe	1	4,5
não respondeu	4	18,2
Total	22	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

D.9. – Atividades de Custódia

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, dez declararam que tiveram problemas de superlotação em 2004 e 14 declararam que não tiveram este problema. Percebemos, portanto, que cerca de metade das Delegacias que possuem carceragem passaram por problema de superlotação em 2004.

Tabela D.16. Ocorreu Superlotação em 2004 (Brasil – 2004):

Houve, no último ano, algum momento em que a carceragem da delegacia sofreu o problema da superlotação?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	10	45,5
não	12	54,5
Total	22	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela D.17. Número de Acautelados Provisórios (Brasil – 2004):

Número de Acautelados Provisórios	Masculino	Feminino
	443	47

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela D.18. Custódia de Adolescentes de Outras Unidades (Brasil – 2004):

Esta delegacia custodia adolescentes provenientes de outras unidades?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	8	36,4
não	14	63,6
Total	22	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

O total de acautelados provisórios nas Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente existentes no Brasil, em 2004, foi de 490, sendo em grande parte do sexo masculino. Por fim, em relação a custodiar adolescentes provenientes de outras unidades, apenas oito Delegacias declararam que realizam esta atividade.

D.10. – Propriedade do Imóvel

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 24 estão localizadas em edifícios próprios; 11 estão localizadas em edifícios alugados e cinco estão localizadas em edifícios cedidos. Desta forma, verificamos que a maior parte das Delegacias estão localizadas em edifícios próprios.

Tabela D.19. Caracterização da Propriedade do Imóvel da DECA (Brasil – 2004):

Em relação a sede da delegacia, o prédio utilizado é:	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
próprio	24	58,5
alugado	11	26,8
cedido	5	12,2
não respondeu	1	2,4
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

D.11. – Mudança de Endereço

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 17 declararam que nunca mudaram de base física desde a sua criação; 12 declararam que mudaram uma vez apenas e dez declararam que mudaram mais de uma vez. Verificamos, portanto, que a mudança é freqüente, pois atingiu cerca de 60% das Delegacias.

Tabela D.20. Quantas Vezes a DECA Mudou de Base Física (Brasil – 2004):

Desde sua criação, quantas vezes a delegacia mudou de base física?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
nunca mudou	17	41,5
uma vez	12	29,3
duas vezes	5	12,2
três vezes ou mais	5	12,2
não respondeu	2	4,9
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Parte E – Articulação Institucional e Redes de Atendimento

E.1. – Existe Rede de Atendimentos às Crianças e Adolescentes

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 37 declararam que existe uma rede de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência na área de competência da Delegacia. As Delegacias declararam também que, no total, em suas áreas de competência, existem 73 abrigos para crianças e adolescentes.

Tabela E.1. Existe Rede de Atendimento às Crianças e Adolescentes (Brasil – 2004):

Existe alguma rede de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	37	90,2
não	2	4,9
não respondeu	2	4,9
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

E.2. – Conhecimento das Decisões Judiciais

Apenas seis Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente tomam conhecimento das decisões judiciais acerca de todos os inquéritos encaminhados à justiça, ou seja, 15% das delegacias existentes no Brasil.

Tabela E.2. DECA Possui Conhecimento sobre as Decisões Judiciais dos Inquéritos Encaminhados à Justiça (Brasil – 2004):

A delegacia toma conhecimento das decisões judiciais acerca de todos os inquéritos encaminhados à justiça?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	6	14,6
não	28	68,3
não respondeu	7	17,1
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

E.3. – Articulação Institucional

Em termos de articulação institucional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente com outras organizações que atuam na rede de atendimento às crianças e adolescentes, verificamos que as melhores articulações ocorrem com o Ministério Público e com a Vara da Infância a Juventude e as piores articulações ocorrem com as Defensorias Públicas, Centros de Defesa da Criança e do Adolescente e SOS. Por outro lado, estas articulações estão formalizadas principalmente com os IMLs ou DMLs, Conselhos Tutelares, Ministérios Públicos e Varas da Infância a Juventude.

Tabela E.3. Grau Formalização da Articulação Institucional das DECAs (Brasil – 2004):

Grau e Formalização da Articulação da Delegacia com as Seguintes Instituições:	Número de Delegacias						Articulação Formal
	ótimo	bom	regular	ruim	pessimo	inexistente	
iml ou dml	16	20	2	2		1	21
abrigo	9	12	9	1		4	10
sos	2	9	4	1		8	7
hospitais	5	24	8	2		2	12
conselho tutelar	13	20	5	1	2		21
conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente	7	14	9			1	5
conselho estadual dos direitos da criança e do adolescente	5	11	7	1		2	3
ministério público	18	21	2				19
defensoria pública	4	13	6	2		6	8
vara da infância e juventude	20	18	2				19
centro de referência do programa sentinela	10	8	3			3	5
centro de defesa da criança e do adolescente	4	5	5	1		6	4

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

E.4. – Encaminhamentos para os Agressores Fora os Legalmente Previstos

Além dos encaminhamentos dispostos legalmente, apenas 11 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente realizam outros tipos de encaminhamento em relação aos agressores (as) adultos (as). Os tipos de encaminhamentos mais frequentemente realizados são para as instituições de atendimento psicológico ou psiquiátrico. Por outro lado, entre as Delegacias que não realizam este tipo de encaminhamento, as razões para que isto não seja executado são a ausência de serviços públicos e comunitários voltados para o encaminhamento do agressor adulto.

Tabela E.4. DECA Executa Encaminhamentos para os Agressores Fora os Legalmente Previstos (Brasil – 2004):

Além dos encaminhamentos legais, esta delegacia providencia outro tipo de encaminhamento em relação aos agressores (as) adultos (as)?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	11	26,8
não	28	68,3
não respondeu	2	4,9
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela E.5. Quais os Encaminhamentos Executados Fora os Legalmente Previstos (Brasil – 2004):

Se afirmativo, quais encaminhamentos?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
encaminhado para instituição de atendimento psicológico ou psiquiátrico	8	19,5
encaminhado para instituição de atendimento social	6	14,6
encaminhado para instituição de atendimento a dependentes químicos (álcool)	6	14,6
encaminhado para instituição de atendimento a dependentes químicos (outras drogas)	6	14,6
grupos de reflexão	0	0,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela E.6. Razões para a Não Execução de Encaminhamentos Não Previstos Legalmente (Brasil – 2004):

Se negativo, quais razões?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
acredita que não é competência da delegacia realizar este tipo de atendimento	5	12,2
ausência de serviços comunitários voltados para o acompanhamento do agressor(a) adulto(a)	11	26,8
ausência de serviços públicos voltados para o acompanhamento do agressor(a) adulto(a)	20	48,8

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Parte F – Tratamento da Informação

F.1. – Execução de Registros Policiais

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, seis declararam que efetuam os registros policiais de forma manual, 24 efetuam os registros de forma eletrônica e 11 de forma mista, envolvendo ao mesmo tempo mecanismos eletrônicos e manuais.

Tabela F.1. Forma de Execução dos Registros Policiais na DECA (Brasil – 2004):

Como são efetuados os registros policiais nesta delegacia?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
manualmente	6	14,6
eletronicamente	24	58,5
misto	11	26,8
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

F.2. – Boletim de Registro de Ocorrências

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 28 possuem boletim próprio para o registro de ocorrências policiais e apenas 11 não o possuem. Entre as informações coletadas nos boletins de registro de ocorrência destacam-se as caracterizações detalhadas das vítimas e agressores, o horário em que o fato ocorreu e a tipificação do fato ocorrido. Por outro lado, as informações que estão menos presentes nos boletins são envolvimento do agressor com álcool ou entorpecentes e a reincidência do agressor. Por fim, destaca-se que mais da metade das Delegacias declara que a qualidade do preenchimento dos boletins está boa ou ótima. Apenas 2,4% das delegacias declararam que a qualidade do preenchimento dos boletins está ruim.

Tabela F.2. Boletim de Registro de Ocorrências Próprio na DECA (Brasil – 2004):

A delegacia possui boletim próprio para o registro de ocorrências policiais?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	28	68,3
não	11	26,8
não respondeu	2	4,9
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela F.3. Informações Coletadas no Boletim de Registro de Ocorrências (Brasil – 2004):

Informações que possuem campos próprios nos Boletins de Registro de Ocorrências	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
tipificação/classificação do fato ocorrido	37	90,2
caracterização das circunstâncias do crime	34	82,9
instrumento do crime	27	65,9
caracterização detalhada do local	27	65,9
horário em que o fato ocorreu	37	90,2
caracterização detalhada da vítima	38	92,7
caracterização detalhada do agressor	40	97,6
tipo de relação vítima e agressor	20	48,8
reincidência do agressor	7	17,1
envolvimento do agressor com álcool e / ou entorpecentes	9	22,0
presença de testemunhas durante a ocorrência do fato	26	63,4
presença de pais ou responsáveis acompanhados o(s) adolescente(s) no cometimento do ato infracional	20	48,8

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela F.4. Qualidade do Preenchimento do Boletim de Registro de Ocorrências (Brasil – 2004):

Avalie a qualidade do preenchimento dos boletins de registro policial pelos profissionais desta delegacia	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
ótimo	9	22,0
bom	22	53,7
regular	9	22,0
ruim	1	2,4
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

F.3. – Interligação Sistema de Estatísticas Centralizado

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, nove declararam que enviam, em tempo real, informações dos registros policiais para um órgão central de sistematização de dados estatísticos; outras dez declararam que fazem este envio de informações diariamente e 19 declararam que fazem este envio de informações mensalmente.

Tabela F.5. Periodicidade de Envio de Informações Estatísticas para Algum Órgão Central (Brasil – 2004):

Informe a periodicidade com que a Delegacia transmite informações dos registros policiais para um órgão central de sistematização de dados estatísticos	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
em tempo real	9	22,0
diariamente	10	24,4
quinzenalmente	2	4,9
mensalmente	19	46,3
não respondeu	1	2,4
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

F.4. – Relatórios Gerenciais

Cerca de 75% das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente existentes no Brasil, que responderam a pesquisa, produzem relatórios a partir das informações contidas em seus procedimentos legais. As informações mais presentes nestes relatórios são os volumes de ocorrências policiais e termos circunstanciados e as menos presentes são as caracterizações das circunstâncias do crime e do “modus operandi”. Por fim, destas 31 delegacias que produzem os relatórios, 21 utilizam os relatórios como subsídio para o planejamento e monitoramento das atividades da Delegacia.

Tabela F.6. Produção de Relatórios a Partir das Informações Produzidas em Procedimentos Legais (Brasil – 2004):

Esta delegacia produz relatórios a partir das informações produzidas em seus procedimentos legais?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	31	75,6
não	10	24,4
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela F.7. Informações Existentes nos Relatórios Gerenciais (Brasil – 2004):

Caso afirmativo, que tipo de informações é sistematizada nos relatórios?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
volume de ocorrências policiais	29	70,7
volume de termos circunstanciados	26	63,4
volume de inquéritos	22	53,7
caracterização das vítimas	16	39,0
caracterização dos agressores	18	43,9
caracterização das circunstâncias do crime	8	19,5
caracterização de "modus operandi"	11	26,8

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Tabela F.8. Relatórios Gerenciais São Utilizados para Planejamento e Monitoramento das Atividades da DPCA (Brasil – 2004):

Estes relatórios servem como subsídios para o planejamento e monitoramento das atividades da delegacia?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	21	67,7
não	3	9,7
não sabe	4	12,9
não respondeu	3	9,7
Total	31	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

F.5. – Ações Visando Aperfeiçoar o Preenchimento dos BOs

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, apenas 16 declararam que vêm realizando ações e programas visando aperfeiçoar o preenchimento dos boletins de registro policial.

Tabela F.9. Existem Ações Visando Aperfeiçoar o Preenchimento dos Boletins de Registro de Ocorrências na DPCA (Brasil – 2004):

Existem programas ou ações visando aperfeiçoar o preenchimento dos boletins de registro de registro policial nesta delegacia?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	16	39,0
não	25	61,0
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

F.6. – Ações Visando Aperfeiçoar Análise de Informações

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, apenas 14 declararam que vêm realizando ações e programas visando aperfeiçoar a coleta, sistematização e análise de informações pela Delegacia.

Tabela F.10. Existem Ações Visando Aperfeiçoar a Coleta, Sistematização e Análise de Informações na DPCA (Brasil – 2004):

Existem programas ou ações visando aperfeiçoar a coleta, sistematização e análise de informações na sua organização policial?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	14	34,1
não	24	58,5
não sabe	3	7,3
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Parte G – Ações e Atribuições

G.1. – Público Atendido

O público atendido pelas Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente existentes no Brasil é bastante diverso: 15 atuam em ocorrências policiais nas quais crianças e adolescentes figuram como vítimas; 15 atuam em ocorrências policiais em que adolescentes são autores de atos infracionais e dez atuam em ocorrências envolvendo crianças e adolescentes, sejam eles vítimas ou autores.

Tabela G.1. Público Atendido pela DECA (Brasil – 2004):

Quanto à sua especialidade, a delegacia atende:	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
ocorrências policiais em que crianças e adolescentes figuram como vítimas	15	36,6
ocorrências policiais em que adolescentes são autores de atos infracionais	15	36,6
todas as ocorrências policiais envolvendo crianças e adolescentes, sejam eles vítimas ou autores	10	24,4

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

G.2. – Atividades Realizadas e Normatizadas

Entre o conjunto de atividades executadas pelas Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente existentes no Brasil, caracterizam-se como mais freqüentes as atividades realizadas com o conselho tutelar, as orientações ao público, atividades de conciliação e atividades integradas com IML, hospitais e o sistema de saúde; como menos freqüentes, as atividades de assistência social e atividades integradas com unidades de internação de adolescentes. Verificamos, ainda, que duas Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente existentes no Brasil declararam que não realizam nenhuma das atividades analisadas: atividades de conciliação, atividades de mediação de conflito, atividades de assistência psicológica, atividades de assistência social, atividades de prevenção da violência doméstica e de gênero, atividades integradas com unidades de internação de adolescentes, atividades integradas com IML, hospitais e sistema de saúde, atividades integradas com conselho tutelar, orientação ao público e encaminhamento para outras instituições, atividades comunitárias e atividades de orientação jurídica.

Tabela G.2. Atividades Realizadas e Atividades Normatizadas para Serem Executadas pela DECA (Brasil – 2004):

Quais são as atividades realizadas por esta delegacia e as normatizadas?	Atividades Realizadas		Atividades Normatizadas	
	N. Abs.	(%)	N. Abs.	(%)
atividades de conciliação	17	41,5	1	2,4
atividades de mediação de conflito	16	39,0	1	2,4
atividades de assistência psicológica	13	31,7	2	4,9
atividades de assistência social	7	17,1	4	9,8
atividades de prevenção da violência doméstica e do gênero	14	34,1	3	7,3
atividades integradas com unidades de internação de adolescentes	7	17,1	6	14,6
atividades integradas com iml, hospitais e sistema de saúde	17	41,5	8	19,5
atividades integradas com conselho tutelar	25	61,0	6	14,6
orientação ao público e encaminhamento para outras instituições	31	75,6	4	9,8
atividades comunitárias	14	34,1	35	85,4
atividades de orientação jurídica	12	29,3	1	2,4
esta delegacia não realiza nenhuma das atividades descritas acima	2	4,9	0	0,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Em relação às atividades normatizadas, para serem executadas pelas Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente, destacam-se como mais freqüentes as atividades comunitárias e atividades integradas com unidades de internação de adolescentes e com o conselho tutelar. Por outro lado, as menos normatizadas são atividades de conciliação, atividades

de mediação de conflito e atividades de orientação jurídica. Verifica-se, deste modo, a diferença entre o que é disposto legalmente e a prática do dia a dia das Delegacias.

G.3. – IML Realiza Exames na DPCA

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, apenas cinco declararam que possuem postos do IML realizando exames nas dependências da delegacia.

Tabela G.3. Existe Posto do IML que Realiza Exames nas Dependências da DECA (Brasil – 2004):

Existe algum posto do iml que realiza exames nas dependências desta delegacia?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	5	12,2
não	36	87,8
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

G.4. – Relatório Técnico Psicossocial é Anexado ao Inquérito

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 22 declararam que os relatórios da equipe técnica psicossocial são anexados aos inquéritos policiais, ou seja, cerca de metade das Delegacias existentes.

Tabela G.4. Relatório da Equipe Técnica Psicossocial são Anexados ao Inquérito Policial (Brasil – 2004):

Os relatórios da equipe técnica psicossocial são anexados ao inquérito policial?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	22	53,7
não	11	26,8
não respondeu	8	19,5
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

G.5. – Atividades Executadas

As 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente, que responderam a pesquisa, realizaram 107.157 atividades em 2004. Grande parte destas atividades são o registro de ocorrências (54%) e a instauração de inquéritos (14%). Destaca-se, ainda, que, no ano de 2004, foram instaurados 15.091 inquéritos, ocorreu 532 retiradas de queixas durante a fase do inquérito e, como resultado, tivemos 8.185 inquéritos encaminhados à justiça com autoria definida e 1.233 encaminhados à justiça sem autoria definida.

Tabela G.5. Atividades Executadas pelas DECAs (Brasil – 2004):

Atividades Executadas	Número de Atividades	
	N. Abs.	(%)
Atendimentos	11007	10,3
Registros de Ocorrência	58099	54,2
Termos Circunstanciados	13010	12,1
Inquéritos Instaurados	15091	14,1
Retirada de Queixas Durante Fase do Inquérito	532	0,5
Inquéritos Encaminhados à Justiça com Autoria Definida	8185	7,6
Inquéritos Encaminhados à Justiça sem Autoria Definida	1233	1,2
Total	107157	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

G.6. – Crimes Registrados

Tabela G.6. Ocorrências Registradas nas DECAs (Brasil – 2004):

Ocorências Registradas	Número de Ocorrências
aborto (art. 124 a 128, CP)	24
ameaça (art. 147, CP)	5939
atentado violento ao pudor (art. 214, CP)	2103
disparo de arma de fogo (art.10, § 1º, III, Lei 9437/97)	34
ato obsceno (art. 233, CP)	111
calúnia (art. 138, CP)	614
constrangimento ilegal (art. 146, CP)	429
corrupção de menores (art. 218, CP e Lei 8.069/90)	451
crime contra a família (art. 235 a 249, CP)	155
danos (art. 163 a 167, CP)	998
difamação (art 139, CP)	710
estupro (art. 213, CP)	1238
extorsão mediante sequestro (art. 159, CP)	5
favorecimento da prostituição (art. 228, CP)	148
formação de quadrilha (art. 288, CP)	134
furto (art. 155, CP)	4389
furto tentado (art. 155 c.c. 14, II, CP)	906
homicídio (art. 121, CP)	370
importunação ofensiva ao pudor (art.61, LCP)	201
infanticídio (art. 123, CP)	1
injúria (art. 140, CP)	674
latrocínio (art. 157, § 3º, CP)	46
lesão corporal culposa (art. 129, § 6º, CP)	526
lesão corporal (art. 129, CP)	8280
maus tratos (art. 136, CP)	2646
posse sexual mediante fraude (art. 215, cp)	13
parricídio (art. 121 c.c. art. 61, ii, "e", cp)	0
perturbação da tranquilidade (art. 65, lcp)	421
pornografia infantil (arts. 240 e 241 do eca)	19
porte de arma	1281
porte de drogas (art. 16, lei nº 6368/76)	1027
rapto (arts. 219 e 220, cp)	126
redução a condição análoga à de escravo (art. 149, cp)	0
roubo (art. 157, cp)	3327
roubo tentado (art. 157 c.c. 14, ii, cp)	345
rufianismo (art. 230, cp)	7
sedução (art 217, cp)	346
sequestro e cárcere privado (art. 148, cp)	45
tráfico de drogas (art. 12, lei nº 6368/76)	596
auxílio, instig. ou induz. ao suicídio (art. 122, cp)	6
estupro tentado (art. 213 c.c. 14, ii, cp)	92
homicídio tentado (art. 121 c.c. 14, ii, cp)	352
tráfico de mulheres (art. 231, cp)	3
vias de fato (art. 21, lcp)	1302
abandono de incapaz (art. 133, cp)	130
abandono do lar	46
abandono material (art. 244, cp)	349
racismo (art. 140, § 3º, cp)	11
violação de domicílio (art. 150, cp)	91
subtração de incapaz (art.249, cp)	282
desaparecimento	1714
sequestro-relâmpago	0
Outros	5012
Total	48075

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Em relação aos tipos de crimes presentes nos registros policiais de 2004, importante destacar que os 10.064 registros de ocorrência e os 4.483 termos circunstanciados possuíram catalogados 48.075 crimes. Os crimes mais frequentes de serem registrados foram ameaça, lesão

corporal, furto, roubo, atentado violento ao pudor, maus tratos, porte de armas, porte de drogas, vias de fato e desaparecimento. Por outro lado, os crimes menos frequentes de serem registrados foram aborto, disparo de arma de fogo, extorsão mediante seqüestro, infanticídio, posse sexual mediante fraude, parricídio, pornografia infantil, redução a condição análoga a escravo, rufianismo, auxílio ao suicídio, tráfico de mulheres, abandono do lar, racismo e seqüestro relâmpago.

G.7. – Ações Visando Aprimorar os Serviços

A avaliação da prioridade sobre as ações que devem ser executadas para aprimorar os serviços prestados pelas Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente existentes no Brasil é marcada pela falta de consenso entre as Delegacias. Grande parte destas considerou como ações prioritárias dotar as Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente de estrutura de pessoal adequada, realizar campanhas para tornar a delegacias Especializada da Criança e do Adolescente mais conhecidas, consolidar e divulgar boas práticas desenvolvidas por estas delegacias e ampliar o conjunto de serviços oferecidos pelas delegacias. Por outro lado, estas ações destacam-se também no conjunto das que merecem menos prioridade.

Realizando uma análise comparativa dos grupos de prioridade, verificamos que as ações consideradas mais prioritárias pelas delegacias são dotar as Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente de estrutura física e material adequada, estrutura de pessoal adequada e estrutura técnica e tecnológica adequada e as menos prioritárias são realizar campanhas para tornar as delegacias especializadas de atendimento às crianças e aos adolescentes mais conhecidas, criar redes de articulação entre as delegacias especializadas de atendimento às crianças e aos adolescentes e as delegacias distritais, IML e sistema de saúde e consolidar e divulgar as boas práticas desenvolvidas por estas delegacias.

Tabela G.7. Prioridades de Execução de Ações Visando Aprimorar os Serviços Prestados pelas DECAs (Brasil – 2004):

Prioridade de execução de ações visando aprimorar os serviços prestado pelas delegacias	baixa prioridade		média prioridade		alta prioridade	
	N. Abs.	(%)	N. Abs.	(%)	N. Abs.	(%)
realizar campanhas para tornar as delegacias especializadas de atendimento às crianças e aos adolescentes mais conhecidas	7	17,9	13	33,3	19	48,7
implantar nacionalmente uma agenda de conteúdos comuns de capacitação dos profissionais das delegacias especializadas de atendimento à criança e ao adolescente, incorporando as realidades regionais e locais	5	12,8	11	28,2	23	59,0
criar redes de articulação entre as delegacias especializadas de atendimento às crianças e aos adolescentes e às delegacias distritais, iml, sistema de saúde etc	5	13,2	13	34,2	20	52,6
elaborar termos de cooperação definindo instâncias de parceria, responsabilidades e procedimentos das diferentes instituições responsáveis pelo atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas da violência	4	10,5	11	28,9	23	60,5
dotar a delegacia especializada de atendimento à criança e ao adolescente de estrutura física e material adequada	6	15,0	1	2,5	33	82,5
dotar a delegacia especializada de atendimento à criança e ao adolescente de estrutura de pessoal adequada	7	17,9	2	5,1	30	76,9
dotar a delegacia especializada de atendimento à criança e ao adolescente de estrutura técnica e tecnológica adequada	6	15,0	1	2,5	33	82,5
incorporar ao processo de planejamento das ações da delegacia a avaliação dos resultados alcançados através de suas rotinas administrativas e operacionais	3	7,7	19	48,7	17	43,6
consolidar e divulgar as boas práticas desenvolvidas por esta delegacia	7	17,9	14	35,9	18	46,2
ampliar o conjunto de serviços oferecidos pela delegacia especializada de atendimento à criança e ao adolescente	7	17,9	10	25,6	22	56,4

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

G.8. – Histórico de Passagens dos Adolescentes

Entre as 41 Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente que responderam a pesquisa, 15 declararam que possuem uma ficha individual com o histórico das passagens dos adolescentes autores de ato infracional e 15 declararam que não possuem este histórico.

Tabela G.8. DPCA Mantém Ficha Individual com Histórico de Passagens dos Adolescentes Autores de Atos Infracionais (Brasil – 2004):

A delegacia mantém ficha individual com histórico de passagens dos adolescentes autores de atos infracionais?	Número de Delegacias	
	N. Abs.	(%)
sim	15	36,6
não	15	36,6
não respondeu	11	26,8
Total	41	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2005)

Conclusão Final

A implantação do SUSP – Sistema Único de Segurança Pública tem ensejado, por parte da SENASP, a realização de diagnósticos sobre a realidade das instituições de Segurança Pública, em todo o país, objetivando a elaboração e implementação de políticas públicas estruturantes em cada temática, assim como a otimização dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Baseado neste critério, a SENASP inaugurou uma série de pesquisas acerca do Perfil das Organizações Policiais, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade e que dão sustentação a políticas públicas imprescindíveis para a implementação do SUSP, quais sejam: gênero, criança e adolescente, produção qualificada de prova, entre outras.

De acordo com as estatísticas de justiça e segurança pública, adolescentes e jovens, entre 15 e 24 anos, estão entre as vítimas mais comuns dos crimes de homicídio, determinando que as ações em prevenção da violência e criminalidade estejam focadas neste público – incluindo também crianças – estimulando, junto aos Estados, Distrito Federal e municípios, a implementação de políticas públicas consistentes de aumento da resiliência destas pessoas vulneráveis a situações de violência e criminalidade – tanto como vítimas quanto com autores.

Tal priorização encontra lastro na Constituição Federal (art. 227), a qual determina que crianças e adolescentes tenham prioridade absoluta no acesso aos direitos fundamentais, “*além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão*”.

A presente pesquisa teve por finalidade primordial avaliar as condições de trabalho junto às Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente e das Delegacias de Investigação do Ato Infracional, com objetivo de propor investimentos – seja através da aquisição e distribuição de equipamentos, assim como pela proposição de cursos de treinamento para os profissionais de segurança pública que desenvolvam suas atividades na área.

Uma das primeiras questões que sobressaem de uma análise externa é que, enquanto as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) são aproximadamente 400 em todo o país, as Delegacias Especializadas no Atendimento à Criança e ao Adolescente – de Proteção ou Investigação de Ato Infracional – não passam de 71, sendo que na grande maioria dos Estados estas Delegacias estão concentradas na capital. Em muitos casos a Delegacia de Proteção é a mesma de Investigação do Ato Infracional, não havendo nenhum serviços especializado / capacitado para atendimento da temática de criança e adolescente no interior dos Estados. Neste sentido, como é possível aos profissionais da segurança pública atuar na missão de investigar, de forma eficiente e eficaz, os crimes perpetrados contra crianças e adolescentes, como também prevenir esse tipo de crime e atuar na proteção e defesa dos direitos destes? Outra carência detectada, tanto nas Delegacias de Proteção quanto nas de Investigação de Ato Infracional é a pouca articulação com outros órgãos – tanto da área de justiça e segurança pública quanto na de instituições de atendimento e proteção (relativamente às crianças e adolescentes quanto familiares).

Considerando o resultado da presente pesquisa, a SENASP irá trabalhar no sentido de propor ações que visem a qualificação dos profissionais de segurança pública que desenvolvem suas atividades nas Delegacias Especializadas de Atendimento a Crianças e Adolescentes, assim como propor a aquisição de equipamentos – com base nas respostas apresentadas na presente pesquisa (priorizando também as instituições que responderam ao questionário), buscando as parcerias que forem necessárias para a prestação de um serviço de segurança pública pautado pela eficácia e eficiência, na garantia de um serviço de Segurança Pública de qualidade.

Ficha Autoral

Marcelo Ottoni Durante
Mestre em Ciências Humanas

Cristina Gross Villanova
Graduada em Direito

Andréia de Oliveira Macedo
Graduada em Ciências Sociais

Vinícius Augusto de Mattos
Graduando em Geografia